



Um Evento Paralelo – Foro da ONG-CSW
65ª Sessão da Comissão da ONU sobre a Situação da Mulher

Mudanças climáticas e os Direitos das Mulheres Indígenas: Brasil, Guatemala e EUA

22 de março de 2022 às 2:00 p.m. – 4:00 p.m. (horário de Washington, D.C.)

PROGRAMA

Comentários de boas-vindas

Christopher T. Foley (Nação Cherokee), Advogado, Centro de Recursos Legais para os Povos Indígenas

Painel

Situação das mulheres indígenas no Brasil

Cristiane Baré (Povo Baré), Advogada e representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

Rosimere Maria Vieira Teles (Povo Arapaço), Ativista e representante da COIAB

Situação das mulheres indígenas Maias na Guatemala

Elodia Castillo Vasquez, (Maya Ch'orti') Presidente, Coordenador de Comunidades e Associações para o Desenvolvimento Integral do Povo Ch'orti' (COMUNDICH)

Juanita Cabrera Lopez (Nação Maya Mam), Diretora Executiva, Liga Internacional Maia

Situação das mulheres indígenas nos Estados Unidos

Michelle Demmert (Tlingit, Eagle, Clã *Kaax'oos.hittaaan* (Man's Foot)), Diretora, Direito e Políticas do Centro de Recursos para Mulheres Nativas do Alasca

Carmen O'Leary (tribo Cheyenne River Sioux), Diretora, Sociedade de Mulheres Nativas das Grandes Planícies

Dolly M. Tatofi (Indígena havaiana), MSW, LCSW, Representante de Pouhana 'O Nā Wahine

Perguntas e comentários finais

Christopher T. Foley (Nação Cherokee), Advogado, Centro de Recursos Legais para os Povos Indígenas

Biografias

Miranda Carman formou-se na Universidade de Novo México em 2012 com bacharelado em Estudos Latino-Americanos e Caribenhos e possui mestrado em Estudos Latino-Americanos pela Universidade de Georgetown. Atualmente, Miranda atua como assistente administrativa e de programa para o escritório de DC do Centro de Recursos Legais para os Povos Indígenas, onde se concentra no fortalecimento dos direitos indígenas no Brasil, responsabilizando os bancos multilaterais por seus impactos sobre os povos indígenas e construindo uma coalizão de organizações indígenas em todo o Norte, Centro e América do Sul e Caribe.



Elodia Castillo Vasquez, é uma autoridade indígena Maya Ch'orti' e presidente da Coordenadora de Comunidades e Associações para o Desenvolvimento Integral do Povo Ch'orti' (COMUNDICH). O COMUNDICH tem trabalhado para “revitalizar sua identidade, capacitar autoridades indígenas legítimas Ch'orti por meio de conselhos e juntas comunais e promover a espiritualidade e recuperar território”. Atualmente, ela está trabalhando com seus povos para recuperar suas terras ancestrais na Guatemala, enquanto enfrenta mudanças climáticas, desastres ambientais, pobreza extrema e migração forçada. *Foto por: El País, T.T.*



Michelle Demmert, Tlingit, Eagle, Clã *K̓aax'oo.s.hitta*an (Man's Foot), é Diretora de Direito e Políticas do Centro de Recursos para Mulheres Nativas do Alasca. No passado recente, ela foi a chefe de justiça nomeada para as tribos Tulalip e a juíza eleita do Conselho Central das tribos indígenas Tlingit e Haida do Alasca. Enquanto a chefe de justiça de sua tribo, ela atuou como co-presidente da Força-Tarefa de Violência contra as Mulheres do Congresso Nacional dos Indígenas Americanos. A juíza Demmert dedicou sua carreira jurídica a promover melhorias e práticas em tribunais tribais e também trabalhou em várias capacidades para promover proteções contra violência doméstica para mulheres e crianças. Ela testemunhou ao Congresso sobre legislação e questões atuais que afetam mulheres e crianças. Anteriormente, ela foi a juíza-chefe da tribo Chehalis e foi sua juíza-presidente por mais de 12 anos enquanto trabalhava no Sistema de Tribunais Intertribais do Noroeste. A juíza Demmert trabalhou por quase 10 anos no escritório do advogado de reserva para as tribos Tulalip. Nessa posição, ela serviu como o principal ponto de contato das tribos Tulalip para o grupo de trabalho intertribal da jurisdição especial de violência doméstica sobre violência doméstica e apresentou sobre esse processo em muitos fóruns tribais, estaduais, federais e universitários, incluindo uma apresentação ao Departamento da Justiça durante o mês de conscientização sobre a violência doméstica em outubro de 2015. A juíza Demmert se formou na Universidade de Washington com seu Doutorado em Juris e seu Bacharelado em Psicologia. Ela se envolveu ativamente na indústria de pesca comercial do Alasca antes de exercer a advocacia.



Christopher T. Foley, cidadão registrado da nação Cherokee, é advogado da sede do Centro de Recursos Legais para os Povos Indígenas (o Centro) em Helena, Montana. Fundado em 1978, o Centro



é uma organização sem fins lucrativos estabelecida e dirigida por indígenas americanas que se dedica a proteger os direitos das nações indígenas e nativas do Alasca e de outros povos indígenas nas Américas. Chris trabalha nos projetos internacionais do Centro para construir e fortalecer os padrões de direitos humanos relativos aos povos indígenas nas Nações Unidas e na Organização dos Estados Americanos, bem como nos esforços de reforma da legislação nacional dos Estados Unidos. Ele concentra grande parte de seu tempo no projeto Mulheres Seguras, Nação Forte do Centro, que trabalha para acabar com a violência contra índios americanos e mulheres nativas do Alasca. Chris recebeu seu bacharelado pela Faculdade de Swarthmore, seu doutorado em Direito pela Universidade de Temple, e ele foi admitido para praticar direito na Pensilvânia.

Paula Julian atua como Especialista Sênior em Políticas no Centro Nacional de Recursos para Mulheres Nativas (NIWRC). Ela trabalha com uma equipe de funcionários e parceiros para desenvolver e manter a



agenda de políticas do NIWRC para apoiar as respostas de governos, organizações sem fins lucrativos e comunidades à violência contra as mulheres, incluindo pesquisa e elaboração de prioridades de políticas, análise de políticas, defesa de causa e monitoramento, fornecendo assistência técnica e treinamento e desenvolvimento de parcerias para fortalecer as leis, políticas e respostas que abordam a violência contra as mulheres indígenas. Paula ajudou os defensores dos nativos do Alasca a estabelecer o Centro de Recursos das Mulheres Nativas do Alasca e os defensores dos Nativos Havaianos que formaram o Pouhana 'O Nā Wahine (Pilares das Mulheres), dedicado a estabelecer um Centro de Recursos do Havai Nativo sobre Violência Doméstica. Anteriormente, ela também trabalhou com o Bando La Jolla de Indígenas Luiseno para desenvolver a resposta da tribo à violência contra as mulheres; organizações que visam abordar a violência contra as mulheres nativas,

incluindo o Sagrado Círculo e a Sociedade de Mulheres das Bezerras de Búfalo Branco; e o Escritório de Violência contra as Mulheres no Departamento de Justiça dos Estados Unidos.



Juanita Cabrera Lopez é Maya Mam, das Terras Altas Ocidentais da Guatemala. Ela é uma sobrevivente do conflito armado interno na Guatemala e uma ex-refugiada política. Ela tem experiência pessoal e profissional na defesa dos direitos humanos dos povos indígenas. Seu foco tem sido usar o direito internacional, ONGs e conhecimento tradicional para o desenvolvimento de uma perspectiva de direitos humanos indígenas nas áreas de imigração, direitos à terra e proteção ambiental. Ela trabalha com líderes e anciãos Maias na Guatemala e nos Estados Unidos por meio de suas instituições tradicionais. A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e seu uso e implementação plena e efetiva é um pilar fundamental de seu trabalho. Ela possui um mestrado em Políticas Públicas Internacionais pela Escola Johns Hopkins de Estudos Internacionais Avançados.

Carmen O’Leary é a diretora da Sociedade de Mulheres Nativas das Grandes Planícies. Ela é cidadã e residente da tribo Cheyenne River Sioux, onde reuniu sua experiência e conhecimento para



desenvolver programas que atendem a mulheres indígenas que sofrem violência. Carmen é treinadora em defesa de causa em torno de agressão sexual e violência doméstica e é certificada pelo Centro Federal de Treinamento de Polícia para a Aplicação da Lei sobre Violência Doméstica. Carmen trabalhou no fornecimento de informações sobre Códigos Tribais em relação à agressão sexual, violência doméstica e emissão de ordens de proteção. Em 2000, ela trabalhou como consultora para a Associação de Tribunais Estaduais no fornecimento de treinamento em plena fé e crédito para juízes e tribunais sobre a provisão da Acta de Violência contra Mulheres (VAWA). Ela trabalhou como auxiliar de serviços sociais em um ambiente hospitalar, como trabalhadora de proteção para crianças e como coordenadora do Abrigo para Mulheres por dezessete anos. Carmen é uma defensora do programa Tribal Legal Lay para o Tribunal Tribal do

Cheyenne River e atuou como magistrada de meio-período para o Tribunal Tribal. Ela facilitou aulas de reeducação para agressores de violência doméstica e também para grupos de apoio para mulheres e adultos molestados quando crianças. Atualmente, Carmen é a representante regional do Centro Nacional de Recursos para Mulheres Indígenas, onde é vice-presidente, e faz parte do conselho do Centro de Coração Sagrado, um programa local que administra um abrigo para mulheres e um programa para adolescentes.

Cristiane Soares é indígena do Povo Baré da Terra Indígena Alto Rio Negro no estado do Amazonas,



Brasil. Cristiane recebeu seu bacharelado em Direito pela Universidade do Estado do Amazonas e sua Pós-Graduação em Gestão Pública, também pela Universidade do Amazonas. Ela é militante do movimento indígena brasileiro, trabalhando junto à juventude, estudantes universitários e o movimento de mulheres. Atualmente, Cristiane atua como advogada e assessora jurídica da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Secretária Adjunta da Comissão Especial de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e compõe a Rede de Advogados Indígenas da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Dolly M.I. Tatofi, MSW, LCSW, descobriu que ela é divinamente guiada por seu *kūpuna* em cada



momento. Nascido e criado na ilha de O’ahu, Havaí, ela aprendeu e experimentou o que é conexão devido à rica e diversificada educação que ela teve nas ilhas. Ela foi abençoada por trabalhar com *keiki* (crianças) a *kūpuna* (idosos) em várias funções ao longo de sua vida como Assistente Social. Ela se formou bacharel em Estudos Étnicos e também mestre em Serviço Social. Ela trabalha no campo da Saúde Mental há mais de 10 anos e continua a atender essa população atualmente em um ambiente de MCO. Embora entender quem você é seja uma jornada de vida, ela percebeu que neste momento sua *kuleana* (responsabilidade) é conectar e apoiar as pessoas na restauração de relacionamentos através do *Aloha*. Ela acredita que através da vida diária e sendo *Aloha*, isso criará, manterá e aprimorará as relações que temos em

qualquer espaço e a qualquer momento, não apenas com os outros, mas também consigo mesmo. Se formos capazes de saber quem somos no fundo, veremos isso refletido fora de nós e então saberemos o que *Lōkahi* (unidade/equilíbrio/harmonia) realmente significa e parece.

Rosimere Maria Vieira Teles is from the Arapaço indigenous peoples of the Loiro Community in the Médio Rio Uaupés region of the Alto Rio Negro Indigenous Land in the state of Amazonas, Brazil.



Rosimere is an indigenous leader, activist, artisan, and agriculturist. She has worked to promote and defend indigenous women's rights for over 20 years through the Indigenous Women's Movement of Brazil. From 2002-2007, Rosimere was the first Coordinator of the Indigenous Women Department of the Coordination of Indigenous Organizations of the Brazilian Amazon (COIAB). In 2008, she co-founded the Union of Indigenous Women of the Brazilian Amazon (UMIAB), an organization that aims to strengthen women's participation in advocacy. She also co-founded the Network of Indigenous Women of the State of Amazonas (MAKIRA E'TA) and the Podaali Fund. Currently, Rosimere serves as an advisor with the Podaali Fund, COIAB's representative to the Coordination of Indigenous Organizations of the

Amazon Basin's (COICA) Council of Women and Family, Political Consultant with COIAB on Gender, Childhood and Indigenous Youth, Vice Coordinator of MAKIRA E'TA, and a State Councilor for Women's Rights (CEDIM/AM).

Jana L. Walker é uma cidadã registrada na nação Cherokee, é advogada sênior do Centro de Recursos Legais para os Povos Indígenas (o Centro) em Helena, Montana. Fundado em 1978, o Centro é uma



organização sem fins lucrativos estabelecida e dirigida por indígenas americanas que se dedica a proteger os direitos das nações indígenas e nativas do Alasca e de outros povos indígenas nas Américas. Jana atua como diretora do projeto Mulheres Seguras, Nações Fortes do Centro, que trabalha para acabar com a violência contra mulheres indígenas e nativas nos Estados Unidos e seus impactos devastadores em estas comunidades indígenas. O projeto faz isso aumentando a conscientização nacional e internacionalmente, aconselhando as nações indígenas e organizações de mulheres indígenas sobre maneiras de restaurar a segurança das mulheres indígenas e da autoridade criminal para as tribos, além de ajudar a fortalecer a capacidade das tribos de prevenir e enfrentar tal violência em suas terras. Jana recebeu seu doutorado

em Direito *cum laude* pela Escola de Direito da Universidade do Novo México e é admitida para exercer a advocacia em Montana, Novo México e no Distrito de Columbia.

Organizações co-patrocinadoras

Organizado em 2015, o **Centro de Recursos para Mulheres Nativas do Alasca (AKNWRC)** é uma organização tribal sem fins lucrativos dedicada a acabar com a violência contra as mulheres com as 229 tribos do Alasca e organizações aliadas. Os membros do conselho do AKNWRC são mulheres nativas do Alasca criadas nas aldeias nativas do Alasca e têm 141 anos de experiência combinada em governos tribais, gestão de organizações sem fins lucrativos, violência doméstica e defesa de causa de agressão sexual (tanto em crises individuais quanto em sistemas e defesa de causa de mudanças sociais de base em nível local, estadual, regional, níveis nacional e internacional), e outras experiências de serviços sociais. A filosofia do AKNWRC é que a violência contra as mulheres está enraizada na colonização de nações indígenas. (www.aknwrc.org)

Fundada em 19 de abril de 1989, a ***Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)*** é a maior organização indígena regional do Brasil, que busca defender os direitos dos povos indígenas à sua terra, meio ambiente, saúde, educação, cultura e autodeterminação. A organização também luta pela proteção e reconhecimento dos povos indígenas isolados e de recente contato. A organização mobiliza cerca de 160 povos distintos, representando 440.000 indivíduos - quase 60% da população indígena do país - que ocupam coletivamente aproximadamente 110 milhões de hectares de terras em todos os 9 estados da Amazônia brasileira (Amazonas, Tocantins, Amapá, Maranhão, Rondônia, Acre, Pará, Roraima e Mato Grosso). No entanto, esses números não incluem os povos indígenas isolados. A COIAB é membro da Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), uma das maiores organizações indígenas do mundo e de representação internacional, e também é membro da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a maior organização indígena do Brasil. (www.coiab.org.br)

Fundado em 1978 por indígenas americanas, o ***Centro de Recursos Legais para os Povos Indígenas (ILRC)*** é uma organização sem fins lucrativos que fornece assistência jurídica aos povos indígenas das Américas para combater o racismo e a opressão, proteger suas terras e meio ambiente, proteger suas culturas, alcançar o desenvolvimento econômico sustentável e autogoverno genuíno e realizar seus outros direitos humanos. Mulheres Seguras, Nações Fortes, um projeto do Centro, trabalha com organizações de mulheres indígenas e nações indígenas para acabar com a violência contra as mulheres indígenas. O ILRC tem status consultivo com o Conselho Econômico e Social da ONU. (www.indianlaw.org)

A ***Liga Internacional Maia (IML)*** é uma organização sem fins lucrativos cujo objetivo é promover, preservar e transmitir a cultura, a história e as contribuições de nossos ancestrais na defesa da Mãe Terra. Seu trabalho é guiado pela visão e práticas dos líderes espirituais e tradicionais, anciãos e autoridades para lidar com as causas que contribuem para a discriminação, desigualdade e opressão dos Maias e a destruição dessas comunidades e de seu meio ambiente. O IML faz parceria com aliados de outras nações indígenas, organizações de direitos humanos, acadêmicos, cientistas e comunidades religiosas para se solidarizar com a luta dos povos Maias. O IML, em conjunto, trata de muitas questões críticas que afetam não apenas os Maias, mas toda a humanidade e a Mãe Terra. (www.mayanleague.org)

O ***Centro Nacional de Recursos para Mulheres Indígenas (NIWRC)*** é uma organização sem fins lucrativos cuja missão é garantir a segurança das mulheres indígenas protegendo e preservando a autoridade soberana inerente das nações indígenas americanas e nativas do Alasca para responder à violência doméstica e agressão sexual. O Conselho do NIWRC é composto por mulheres indígenas líderes de nações indígenas americanas, nativas do Alasca e nativas havaianas nos Estados Unidos. NIWRC é um centro de recursos nacionais para nações indígenas e organizações indígenas que fornece assistência técnica, treinamento, desenvolvimento de políticas, materiais, informações de recursos e o desenvolvimento de estratégias e respostas indígenas para acabar com a violência. Em 2015, o NIWRC lançou a Acta de Violência contra Mulheres (VAWA) Iniciativa de Soberania para defender a constitucionalidade e a funcionalidade de todas as disposições tribais de VAWA. (www.niwrc.org)

A ***Sociedade de Mulheres Nativas das Grandes Planícies, Recuperando Nossa Sacralidade (NWSGP)***, é uma coalizão de programas de violência doméstica e/ou agressão sexual comprometida com a recuperação do status sagrado das mulheres. A Sociedade oferece uma visão que acaba com a violência doméstica e sexual contra as mulheres indígenas, em todos os aspectos - uma visão de mudança. A Sociedade trabalha para apoiar e fortalecer a irmandade e a defesa de causa local e os esforços de desenvolvimento de programas por meio de educação culturalmente específica, treinamento em assistência técnica e implementação de recursos. A área geográfica que constitui a área de serviço da

Sociedade inclui tribos no sul de Minnesota, Montana, Wyoming, Dakota do Norte, Dakota do Sul e Nebraska. (www.nativewomenssociety.com)

Pouhana 'O Nā Wahine (Pillars of Women - PONW) é uma organização de base focada na abertura de um Centro de Recursos Nativos Havaianos sobre Violência Doméstica para reduzir as disparidades enfrentadas pelos nativos havaianos. Essas disparidades remontam aos dias de contato com estrangeiros resultando na derrubada de nosso monarca até os dias atuais de violência e injustiça. Nossa visão é restaurar o equilíbrio da mente, corpo e espírito, levando nosso povo ao estado de bem-estar; e preservar e promover a cultura havaiana para ajudar famílias e comunidades a se curarem da violência doméstica e sexual e da colonização. Nossa missão é defender as famílias nativas havaianas que enfrentam desafios relacionados à violência doméstica e de gênero, exercendo nossos direitos soberanos inerentes como povos indígenas do Havaí para cuidar e proteger nosso povo. Coletivamente, os indivíduos da PONW têm mais de 50 anos de experiência no campo de advocacia e serviço social e são todos *Kanaka O'iwi* que têm paixão por ajudar a curar gerações passadas e presentes para garantir o futuro mais saudável.